

PENSAMENTO FEMINISTA NO PLANEJAMENTO URBANO: Pensar o território pela perspectiva de gênero - prática e epistemologia

*Isabela Rapizo Peccini*¹

Resumo

O artigo a seguir propõe uma reflexão acerca da produção de conhecimento na sociedade moderna afim de chegar à proposição de um Planejamento Urbano que considere, em sua estrutura de pensamento, questões de gênero e raça. Construir a associação entre as desigualdades de gênero estabelecidas historicamente, a produção do espaço e a consequente vivência específica de mulheres no território é essencial para que se possa construir uma epistemologia e prática do campo que proporcione cidades que não se apresentem enquanto agentes de manutenção das desigualdades. Assim, perceber essas relações em aspectos como moradia, mobilidade e lazer para as mulheres na cidade é concretizar essas relações para a construção de outras perspectivas.

Palavras-chave: ciência moderna, gênero, território, mulher trabalhadora.

FEMINIST THINKING IN URBAN PLANNING: Think the territory from a gender perspective practice and epistemology

Abstract

The following article proposes a reflection about knowledge production in the modern society in order to consider the urban planning through gender and race thoughts. The relation between the historical gender inequalities, the space construction and the women experience in the city is crucial to develop a urban planning practice and epistemology that provides more inclusive cities. These associations must be analysed within various aspects of the women experience like habitation, mobility and recreation to materialize the gender perspective of the urban planning.

Keywords: modern science, gender, space, women.

Introdução

O presente artigo busca construir e apresentar um desenvolvimento do pensamento feminista/perspectiva de gênero no campo do Planejamento Urbano. Como se chega à aplicação da questão de gênero no Planejamento Urbano? O que é partir desta perspectiva? Como se pode agir nesse campo levando o gênero e, principalmente, as desigualdades de gênero em consideração? Para isso, parte-se do entendimento do Planejamento Urbano como um campo de conhecimento submetido às estruturas e relações sociais e de desigualdade como qualquer outro campo da ciência. E se busca explicitar como essas estruturas se apresentam na cidade e na vida das mulheres.

É importante, aqui, considerar que o espaço estudado não é somente o espaço tradicionalmente definido pela Arquitetura e pelo Urbanismo, de edificações projetadas por profissionais da área, mas um espaço vivenciado, ocupado e transformado pelas pessoas em seu dia a dia (RENDELL, 2000). A produção desse espaço, portanto, não se dá de forma imparcial, ou seja, se dá pelos olhos e mãos do patriarcado e do capital e pode funcionar, portanto, como agente de manutenção das desigualdades frutos destes sistemas. Pretende-se, de forma ampla, entender como, então, as relações de gênero se manifestam no espaço e, pelo outro lado, como as relações espaciais se manifestam na construção do gênero. Ao analisar o espaço, entender quais relações se dão nele a partir do recorte construído pelas relações de gênero e classe e como isto ocorre. Assim, é possível mapear e espacializar lugares, diagnosticando problemáticas e conflitos ali existentes, onde possamos atuar através do olhar de arquiteto e urbanista para a produção de espaços que proporcionem outra vivência, ou seja, outra relação das pessoas com o espaço em si. Busca-se, inclusive, entender como o seu lugar social interfere nas suas vivências enquanto mulher e se há uma relação entre ambas as características.

Essa reflexão, porém, precisa se iniciar em outra. Se vivemos, então, uma sociedade pautada por sistemas fincados nas desigualdades de gênero, raça, classe e sexualidade há de se esperar que o que é produzido por essa sociedade possa funcionar como elemento agente de manutenção das desigualdades frutos destes sistemas. Porém, não é esse o entendimento adotado historicamente pelos cientistas. A Ciência Moderna se estabelece através do pensamento Iluminista pautando como determinante a consolidação de uma verdade, a produção de um conhecimento científico neutro através da definição de uma autoridade científica que se destaca da pessoa comum, ou seja, estabelecendo um conhecimento científico puro desenvolvido por um ser, o cientista, imparcial perante o resto da sociedade. Faz-se, assim, um questionamento sobre a própria Ciência Moderna e a construção histórica do conhecimento científico. Além de introduzir a crítica da teoria feminista e como se pode pensar a realidade através de outras epistemologias. Entendendo a construção do pensamento científico e trazendo esse pensamento ao Planejamento Urbano, busca-se tratar da realidade dos elementos aqui observados. A construção do papel social das mulheres e a divisão sexual do trabalho são elementos estruturantes da sociedade e também da cidade. Cidade, essa, que se estabelece, por esses sistemas, como uma cidade marcada pelas segregações e desigualdades.

Por fim, trata-se de como se pode estabelecer essa perspectiva na vida e na cidade, em quais aspectos podemos aplicar o pensamento feminista ao olhar para o espaço, entendendo gênero e raça como estruturas não só sociais, mas também espaciais. Perpassa-se por diferentes aspectos tanto da cidade como da vida das mulheres para fazer a reflexão sobre o espaço e as possibilidades de ação sobre ele.

Observar a cidade a partir da produção e reprodução das relações sociais é

¹ Mestranda em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ.

visibilizar a diferenciação de vivência nesses espaços entre os diferentes grupos. A necessidade, portanto, de incluir as mulheres no pensar da cidade como agentes transformadoras e usuárias dos espaços é o maior incentivo para a produção deste trabalho. É preciso entender que não há ser humano padrão e que a cidade precisa dar conta de atender as necessidades de todas as pessoas que nela habitam – em que se pese as desigualdades existentes entre elas e a devida compensação. Enxergar o Planejamento Urbano e a cidade à luz de novas perspectivas, que complementem as ferramentas, práticas e conhecimentos que já nos utilizamos, é um caminho para que possamos construir cidades que proporcionem esta outra vivência, menos desigual.

Sobre a ciência moderna

O conhecimento científico se funda, na Modernidade, como a forma de conhecimento universal, como o único caminho possível na busca pelas respostas das questões da vida e do mundo. Somente a racionalidade da ciência seria, nesse sentido, capaz de analisar, desenvolver e estabelecer a verdade sobre as coisas. Essa busca por uma verdade através das tramas da racionalidade demandaria, portanto, um distanciamento. A racionalidade aqui não deve ser construída por qualquer campo passional do ser, mas pela precisão. É assim que vemos o desenvolvimento das construções tanto da ideia do conhecimento científico como do sujeito que se propõe a dar explicações científicas sobre o mundo enquanto instâncias que devem almejar uma neutralidade. Nessa lógica, o conhecimento científico seria um conhecimento puro, não contaminado pelas vicissitudes da história ou pelas diferenças de status social e o cientista seria o ser imparcial responsável por sua produção.

O processo de endurecimento desse ideal de verdade e neutralidade se dá, na prática, pela construção de binarismos acerca da vida e do conhecimento, além da dominação de corpos, pensamentos e territórios. Esse olhar sobre as coisas se pauta entre um modo supostamente correto e um modo supostamente errado de se apreender a realidade. O primeiro, que cabe à Ciência, racional e o segundo, que cabe à Natureza, irracional. A partir dessa dicotomia, então, se funda uma série de associações. Razão versus emoção, objetividade versus subjetividade, imparcialidade versus parcialidade, mente versus natureza, máquina versus corpo. Não por acaso, essas associações se aproximam de outras, pois são binárias também as divisões dos corpos ou grupos sociais: homens versus mulheres, brancos versus não brancos (negros, indígenas, latinos), ricos versus pobres, heterossexuais versus homossexuais, cisgêneros versus transgêneros. E, ainda, se expandem à especificidade de cada campo do conhecimento. Cidade versus campo, espaço privado versus espaço público, trabalho versus casa ou espaço de trabalho versus espaço de lazer, por exemplo, no campo do Planejamento Urbano e Arquitetura. Dessas associações se estabelece a imparcialidade como necessária à produção científica e a deslegitimação de características que fogem à suposta neutralidade. As características condenadas pela Ciência, portanto, seguem sendo associadas aos grupos não dominantes socialmente: mulheres, pessoas não brancas, trabalhadores, assim como se associam a determinados territórios e populações atreladas a cada um deles. Essas associações são justificadas pela noção de que esses grupos seriam parciais, marcados pelos afetos, localizados em um ponto de vista específico ou, ainda, inferiores intelectualmente.

Cecilia Maria Bacellar Sardenberg (2001) nos apresenta a associação entre a binaridade razão/emoção e a binaridade masculino/feminino em um exemplo dado pela autora e professora de História da Ciência Londa Schienbinger:

Um caso ilustrativo de como essa dicotomia tem permeado as

construções ditas científicas nas ciências naturais nos é oferecido por Londa Schienbinger (1996). De acordo com essa autora, a associação do feminino com a natureza e do masculino com a mente se faz presente no *Systema naturae* de Carolus Linnaeus – precisamente, na sua designação da espécie humana como *Homo sapiens* (*homem sábio*), ao mesmo tempo em que situa nossa espécie na classe dos mamíferos ou *Mammalia*. De acordo com Schienbinger (1996, p.144): “Na terminologia de Linnaeus, uma característica feminina (a mama lactente) liga os seres humanos aos brutos, enquanto uma característica tradicionalmente masculina (razão) marca a sua separação”(SARDENBERG, 2001, p. 9).

Essas associações passam a permear, então, também o senso comum, o mundo das ideias fora do espaço acadêmico-científico, e influenciam diretamente a vida das pessoas e também a ideia delas sobre a educação e a ciência. A luta constante do homem contra a sensibilidade, a ideia de que meninos e homens não devem chorar, o *azul para meninos e rosa para as meninas*, a responsabilidade masculina pelo trabalho remunerado e feminina pelo trabalho doméstico, a doença e a cura como algo científico e não natural, o corpo branco como um corpo centrado e o corpo negro como um corpo selvagem, entre outras, são tentativas de estabelecer o certo e o errado corroborando com as binaridades difundidas pelas ideias de racionalidade da Ciência Moderna. Mas, se as associações da verdade da Ciência se fundem com as binaridades sociais e colocam em confronto não só ideias abstratas como também ações e grupos sociais, como poderia ser ela mesma – a Ciência – universal e neutra? Diferentemente de como se coloca o produtor de conhecimento, o cientista racional é a figura do majoritário por excelência: homem, branco, falante de uma língua dominante, ocidental, cisgênero, heterossexual, objetivo, imparcial.

Esse questionamento é realizado, aqui, em consonância com as reflexões da antropóloga Cecilia Sardenberg (2001) e da filósofa Isabelle Stengers (1949), que juntamente a outras autoras da Antropologia e Filosofia da Ciência constroem extensa bibliografia no questionamento à neutralidade da Ciência Moderna e na proposição de outras epistemologias. Stengers reflete:

Por que traço, nessa perspectiva, se reconhece uma definição positivista da ciência? Pelo fato de que esta age, antes de mais nada, pela desqualificação da *não-ciência* a qual sucede. Essa desqualificação, para Gaston Bachelard, está associada à noção de *opinião* que *pensa mal, não pensa, traduz* necessidades em conhecimento. A ciência constitui-se, portanto sempre *contra* o obstáculo constituído pela opinião, um obstáculo que Bachelard definiu como um dado quase antropológico. A luta da ciência contra a opinião torna-se, nos momentos mais líricos, o confronto entre os *interesses da vida* (aos quais a opinião está sujeita) e os *interesses do espírito* (vetores da ciência) (STENGERS, 1949, p. 36).

Se entendo, então, que qualquer ser social que se coloque na posição de produtor de conhecimento está localizado em um lugar social determinado, que implica determinadas conexões com outros sujeitos num campo estruturado por relações de poder e que não há esse lugar de neutralidade criado pelo racionalismo da Ciência Moderna, há de se buscar entender como se dá historicamente esse processo de invisibilização de outras possibilidades de conhecimento e como esse processo se rebate na produção de conhecimento especificamente do campo do Planejamento Urbano e, conseqüentemente, na vida cotidiana das pessoas ao vivenciar e ocupar os espaços.

Corpo, dominação e construção de saberes

A autora italiana Silvia Federici, em seu livro “Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva” (2017) realiza análise do período de *transição* do feudalismo para o capitalismo a partir de um ponto de vista não tradicionalmente utilizado pela maioria dos autores sobre esse período, que é a inclusão do advento da chamada caça às bruxas na Europa como elemento essencial para a consolidação desse sistema e das relações econômicas e sociais que se desenvolvem até a atualidade. Como um dos mecanismos para o desenvolvimento capitalista, Federici irá tratar do conceito denominado por Foucault como *disciplinamento do corpo*. A dominação dos corpos é preocupação da Ciência em todos os processos de estruturação dos sistemas sociais desde o século XVI. Será através da reconstrução do conceito e identificação do corpo que se desenvolverão justificativas para a erradicação de uma série de práticas e imposição de outras. A aproximação ideal do corpo com a máquina e o distanciamento do que é natural corrobora para a dominação de determinados grupos sociais, do que vem a ser a classe trabalhadora, das mulheres enquanto responsáveis pela reprodução biológica, dos povos colonizados como submissos.

O que morreu foi o conceito do corpo como receptáculo de poderes mágicos que havia predominado no mundo medieval. Na realidade, este conceito foi destruído. Por trás da nova filosofia encontramos a vasta iniciativa do Estado, a partir da qual o que os filósofos classificaram como *irracional* foi considerado crime. Esta intervenção estatal foi “subtexto” necessário da filosofia mecanicista. O “saber” apenas pode converter-se em “poder” se conseguir fazer cumprir suas prescrições. Isso significa que o corpo mecânico, o corpo-máquina, não poderia ter se convertido em modelo de comportamento social sem a destruição, por parte do Estado, de uma ampla gama de crenças pré-capitalistas, práticas e sujeitos sociais cuja existência contradizia a regulação do comportamento corporal prometido pela filosofia mecanicista. [...] Assim é como devemos ler o ataque contra a bruxaria e contra a visão mágica do mundo que, apesar dos esforços da Igreja, seguia predominante em escala popular durante a Idade Média (FEDERICI, 2017, p. 257).

A dominação dos corpos é, então, essencial para a virada de um novo sistema social. Essa dominação é, assim, marcada por violência e pela construção ideal de quais corpos fazem parte do espectro científico e quais não fazem. Nesse contexto, então, de dominação de povos, de consolidação de um novo sistema político e econômico e de racionalização dos conhecimentos, as mulheres são vistas como o grupo que centraliza em suas práticas o conhecimento da magia, todo conhecimento que é relacionado à natureza, e passam a ser, então, o grupo social diretamente perseguido sob a acusação de bruxaria. Aqui, entende-se que o que se considera como magia nesse momento é qualquer forma de conhecimento ou prática relacionada à espiritualidade, mas também à natureza, pela utilização de elementos naturais como métodos de cura ou superstição, ao entendimento do próprio corpo, como pelo desenvolvimento de métodos naturais contraceptivos², entre outros.

O crime de bruxaria é, portanto, um crime feminino, uma reação à resistência das mulheres às lógicas capitalistas e à seu poder sobre a sexualidade, controle

² É importante citar que, nesse momento, a Europa vive, também, uma crise de natalidade e a criminalização do controle reprodutivo por parte das mulheres é essencial para reverter esse quadro e dar aos homens o poder deste conhecimento/prática.

reprodutivo, capacidade de cura e aproximação com a natureza e a espiritualidade. Essa perseguição não só provoca um extermínio da população feminina, como constrói legal e culturalmente uma demonização do corpo e mente das mulheres, associando-as à irracionalidade e, conseqüentemente, as distanciando do ideal racional estabelecido pela ciência filosófica da época. Esse processo é a destruição de todo o poder social das mulheres, retirando-as de qualquer papel de desenvolvimento de conhecimento e de protagonismo social, construindo um imaginário teórico e popular sobre as mulheres pautado pelo controle e dominação.

A caça às bruxas foi também a primeira perseguição, na Europa, que usou propaganda multimídia com o objetivo de gerar uma psicose em massa entre a população. (...) foram os juristas, os magistrados e os demonólogos, frequentemente encarnados na mesma pessoa, os que mais contribuíram na perseguição: eles sistematizaram os argumentos, responderam aos críticos e aperfeiçoaram a maquinaria legal que, por volta do final do século XVI, deu um formato padronizado, quase burocrático, aos julgamentos, o que explica as semelhanças entre as confissões para além das fronteiras nacionais. No seu trabalho, os homens da lei contaram com a cooperação dos intelectuais de maior prestígio da época, incluindo filósofos e cientistas que ainda hoje são elogiados como os pais do racionalismo moderno (FEDERICI, 2017, p. 299).

Os processos de subalternização das mulheres e de assimilação de parte da população enquanto proletariado estão entrelaçados e co-relacionados. As divisões sexual, social e internacional do trabalho são intrínsecas, se mantêm e mantêm os sistemas de dominação funcionando. Federici irá ressaltar a importância do trabalho reprodutivo como um trabalho gratuito e realizado exclusivamente pelas mulheres para as engrenagens do sistema de exploração da classe trabalhadora. Essas relações, por seus papéis estruturantes dos sistemas de dominação, reverberam até os dias de hoje. Seguimos, como veremos mais adiante, enraizados nessas mesmas formas de divisão sexual e social do trabalho, gerando, inclusive, divisões e configurações espaciais a partir dessas estruturas.

O mecanismo de construção de binaridades e de subalternização de grupos sociais se dá, também, nos processos de colonização indígena e africana. O avanço espanhol em terras americanas, por exemplo, é marcado pela construção de uma justificativa racional para a dominação violenta pautada justamente na *bestialização* dos povos dominados. Assim como acontece com as mulheres consideradas bruxas e perseguidas na Europa, a acusação de adoração ao diabo tem, também, papel essencial na colonização de indígenas americanos. E se repetirá no processo de escravização de povos do continente africano no Brasil.

No Brasil, desde o momento do dito descobrimento se instaura, também, um regime de escravização. Homens, mulheres e crianças são trazidos do continente Africano forçadamente para servir de mão de obra para o desenvolvimento econômico do mercado de cana e açúcar. Os mesmos argumentos de *bestialização* e *selvageria* utilizados em relação às mulheres na caça às bruxas e aos índios nativos são também demarcados aos corpos e mentes negros. O processo de diáspora africana, portanto, além de violento fisicamente, se dá de forma violenta em relação à cultura, identidade e conhecimento e é elemento essencial para o desenvolvimento do que se entende enquanto trabalho, educação, racionalidade, para o desenvolvimento da modernidade e para as associações e estruturas pautadas nas desigualdades de raça, gênero e classe para todos estes campos. A escravidão no Brasil é parte

estruturante da nossa história e determina todos os aspectos de construção desta sociedade desde então - política, econômica, cultural e, inclusive, espacialmente falando. As estruturas de poder determinam espaços, abstratos e concretos. A sociedade colonial se estrutura a partir do corpo negro, que lhe serve como mão de obra, como mercadoria, como demonstração de poder e status, além de afirmação de superioridade.

O território corporal é o primeiro lugar de ataque do colonialismo. Seja através da morte física, genocídio, objetificação, sequestro, tortura, estupro, ou da morte simbólica, regulação do corpo através das instâncias do pecado e da conversão. Em ambos os processos são praticados os ataques a outros modos de saber (SIMAS e RUFINO, 2018, p. 94).

Se gênero e raça são, então, estruturantes para a produção de conhecimento e para a determinação das características desse conhecimento, exaltando determinada produção e subjungando outra, essa divisão é uma expressão de poder e esses fatores precisam ser considerados quando pensamos sobre qualquer campo de conhecimento. A Ciência não está fora da história, ela é – assim como a cidade, como veremos mais a frente – produto e reprodutora das estruturas da sociedade, dos mecanismos de dominação e hierarquização, da segregação intelectual, física e espacial. E se esses elementos – gênero e raça – são estrutura para a ciência, propomos então uma quebra de paradigma, propomos que esses elementos sejam categoria de análise da ciência e, no caso desta pesquisa, de análise do espaço.

Diferentemente do que é apresentado pela Ciência hegemônica, consideraremos, aqui, o espectro das possibilidades, levando em consideração que estamos passíveis de divergências e erros, mas também de mais possibilidades de acertos e potências. Trataremos as diferenças inerentes a um novo fazer epistemológico como meios de (re)pensar a própria prática, atualizar lugares epistêmicos, inclusive o de pesquisadora, se colocando como interlocutora e também aprendiz, como qualquer ser humano que toque a possibilidade do conhecimento. Retirar os moldes coloniais do saber perpassa, além de enxergar o saber em outras práticas que não só as racionalmente definidas enquanto Ciência, ver a diversidade inclusive dentro de cada nova perspectiva. Portanto, entender que a própria ótica feminista se constrói em diferentes correntes e formas de ver o mundo e a própria desigualdade de gênero, assim como o que chamaremos aqui de ótica *das macumbas*, trazendo a pluralidade da vivência, do saber e do fazer conhecimento de negros e negras.

Nesse sentido, esses são os pontos de partida dessa virada epistêmica: a inclusão de uma visão a partir de uma perspectiva feminista e antirracista sobre a ciência e o mundo. Mais do que isso, uma construção feminista e antirracista da ciência e do mundo.

Pressupostos sobre o ser mulher e a cidade

Mulheres: papel social e divisão sexual do trabalho

Os papéis que exercemos enquanto mulheres ou homens nos são designados, são a forma com que a sociedade em que vivemos construiu para que fôssemos e agíssemos. Como colocado por Beauvoir (1967), a construção social e cultural do que é feminino e masculino nos é imposta como um padrão natural. Esses padrões são construídos, reforçados ou desconstruídos pela forma como se organizam as sociedades ao longo da história e estabelecidos desde o nascimento de meninas e

meninos. De acordo com as relações, também, se desenvolvem variações em como esse padrão aparece. Se, além de patriarcal a sociedade é também racista, haverá uma construção de papel social que se difere entre mulheres brancas e negras, mas que estão ainda sendo pautadas por um comportamento ideal. Como vimos no item anterior, essas estruturas vão se consolidando a partir de uma série de processos de dominação que atingem corpo, mente, espacialidade.

Em todos os dados colhidos no processo de pesquisa sobre a história das condições de vida das mulheres através dos tempos, pode-se sentir que as pobres sempre foram o *burro de carga*, afundadas no trabalho, as ricas ou privilegiadas sempre viveram mergulhadas em seus triunfos intelectuais e mundanos, e todas elas foram sempre apenas reprodutoras da espécie, escravas declaradas incapazes pelas leis e códigos (ALAMBERT, 1997, p.51).

A divisão do trabalho por homens e mulheres se reflete na vivência dessas pessoas nos espaços públicos e privados. Se o trabalho da mulher é, predominantemente, no âmbito do espaço privado, ela não viverá de forma tão intensa o espaço público e, conseqüentemente, este espaço não será pensado para ela e nem por ela.

Na cidade metropolitana e contemporânea, a mulher ocupa de forma mais plural os espaços público e privado, pois passa a acumular funções. Diferente das mulheres dos séculos anteriores, nós não mais nos dividimos em mulheres exclusivamente do lar e mulheres trabalhadoras, o que não exclui, porém, que os padrões continuem sendo reforçados. O seu papel de responsável pela reprodução da vida ainda se mantém, cresce a possibilidade de vivência do espaço público, principalmente como mão de obra. A mulher trabalhadora é também responsável pelo lar, estabelecendo as duplas ou triplas jornadas.

Hoje, as mulheres constituem 45,5% da População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil, havendo um crescimento gradativo desse dado nas últimas décadas³. Apesar disso, a condição da inserção delas no mercado de trabalho ainda se dá de forma desigual. As mulheres, de maneira geral, ocupam esse espaço através dos empregos mais precários, informais ou em domicílio, ou ainda, recebendo salários mais baixos que o dos homens por funções iguais (SILINGOWSCHI, 2007). Esse fato é recorrente na história, vide as relações de trabalho estabelecidas desde os séculos XVII e XVIII pelas mulheres pobres e negras, antes escravizadas.

A cultura da responsabilidade doméstica designada para a mulher faz com que 86% dos trabalhadores domésticos sejam mulheres. Além disso, 60% dos lares com empregadas domésticas são chefiados por homens. As funções de doméstica e cuidadora empregam 20% das mulheres ocupadas no país. Ainda de acordo com a PNAD 2014, mulheres receberam em média 74,5% do rendimento de trabalho dos homens em 2014. Em 2013, essa proporção era de 73,5%. Analisar o emprego feminino levou a perceber a divisão sexual do trabalho como estruturante de uma nova divisão internacional do trabalho.

[...], apesar de ocorrer um aumento da maior inserção da mulher trabalhadora, tanto no espaço trabalho formal quanto informal do mercado de trabalho, ele traduz-se majoritariamente nas áreas onde predominam os empregos precários e vulneráveis (SILINGOWSCHI, 2007, P.63).

³ Dado retirado da Síntese dos Indicadores Sociais realizada pelo IBGE em 2016.

Essa inserção desigual se dá como consequência (e manutenção) da lógica que designa à mulher a responsabilidade do trabalho doméstico e de discriminações e restrições sofridas por elas em nossa sociedade, e influenciam diretamente em sua vivência cotidiana do espaço da cidade. Na ocasião da pesquisa parte de Trabalho Final de Graduação defendido no ano de 2016 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, busquei entender a relação das mulheres trabalhadoras terceirizadas da Universidade com a cidade. A partir de entrevistas, conheci um grupo majoritariamente morador da zona norte e baixada, trabalhando na Cidade Universitária como responsáveis por trabalhos de manutenção. Elas, majoritariamente, moravam com outras pessoas, principalmente seus filhos, sendo a maioria solteira. Dividindo seu tempo entre o trabalho na Universidade e o trabalho em casa, realizado principalmente a noite e nos fins de semana, essas trabalhadoras realizam seu deslocamento casa-trabalho principalmente de ônibus. Durante o processo de aproximação com elas, identificou-se a falta do aspecto do lazer em suas vidas, principalmente se realizado no espaço da cidade. Este era, para a maioria delas, um desejo e não havia nenhuma identificação de um espaço na cidade utilizado para esse momento. Esse é um panorama específico, mas que pode ser rebatido de forma mais generalizada em relação às mulheres trabalhadoras no Rio de Janeiro, que em sua maioria fazem o deslocamento zona norte/baixada para o centro ou zona sul, principalmente de ônibus, sendo principais responsáveis pelos seus filhos e, portanto, acumulando essas funções em seus cotidianos.

Com a dupla jornada, a mulher passa a ter dois espaços de trabalho: dentro e fora de casa. A dinâmica de seu dia a dia passa por ir e voltar do local de seu trabalho produtivo, mas também por realizar as compras de alimentos e produtos necessários para a casa, levar filhos na escola, acompanhar pessoas mais idosas e crianças da família à médicos, entre outras tarefas, o que faz com que seu percurso na cidade seja distinto do homem que, normalmente, vai de casa para o trabalho e do trabalho para casa, ou tem paradas para o lazer após o expediente. Faz-se necessária a utilização de mais de um meio de transporte para se chegar de um ponto a outro devido às paradas, o que é intensificado pela má qualidade dos transportes públicos e pela vulnerabilidade da mulher nesses espaços, sofrendo, ainda, por assédios e agressões. Essas situações de conflito proporcionam uma vivência específica do espaço, a serem desenvolvidas mais a frente nesse trabalho.

A cidade como espaço social, a cidade capitalista

Se todo conhecimento é e nós mesmos, enquanto indivíduos e grupos sociais, somos, então, localizados não há como pensar que a produção do espaço e o desenvolvimento do campo do Planejamento Urbano enquanto campo de conhecimento tenha se dado até aqui de forma imparcial. A cidade é, assim como afirmado por autores como Harvey (2005), Rolnik (1995) e Maricato (2002), produto histórico, político e social da vida coletiva, e reflete espacialmente as relações que se estabelecem entre as pessoas que a vivem. Se estamos construindo e vivendo em uma cidade regida por um sistema capitalista, patriarcal e racista, podemos entender que a cidade está sendo pensada para os beneficiários diretos deste sistema: homens, brancos e detentores de capital.

A cidade não é um objeto estático, é produto e (re)produtora de relações sociais construídas ao longo dos tempos e contextos. Henri Lefebvre (2000) constrói o conceito de urbano a partir da existência, em seu espaço, dos conflitos sociais e, nesse sentido, denomina a cidade como o espaço social.

Os espaços sociais se compenetraram e/ou se superpõem. Não são coisas, limitadas umas pelas outras, se chocando por seu contorno ou pelo resultado de inércias. [...]Resta compreender o que produz os diversos movimentos, ritmos, frequências, o que os entrelaça e mantém a hierarquia precária de grandes e pequenos, de estratégias e táticas, de redes e lugares (LEFEBVRE, 2000, p.76-77).

A cidade capitalista é o espaço do mercado e ao mesmo tempo é, em si, o mercado. Rolnik (1995) aponta que a cidade está à venda e é marcada pela segregação, que acontece fisicamente por muros, grades, pontes, placas; de forma abstrata, pela divisão de territórios diferentes por classes sociais, cor, gênero, idade; e também por funções, espaço do trabalho, da moradia, do lazer. No Rio de Janeiro (e em toda metrópole) existem diversas cidades em uma só e suas estruturas são essenciais para as estruturas da sociedade. A marca das desigualdades se dá através do espaço privado de vivência, a moradia, e também do espaço público pela falta de infraestrutura e recursos em certas localidades. Equipamentos públicos, áreas de lazer, saneamento básico, manutenção e serviços são pensados e distribuídos de formas diferentes para cada parte da cidade, conformando os processos de valorização ou desvalorização dos espaços urbanos. De acordo com Maricato (2000), essas áreas mais desvalorizadas e que acabam, portanto, invisibilizadas na cidade podem ser entendidas como áreas de exclusão urbanística. As mulheres, por sua vez, sentem essa diferença de forma mais incisiva, visto que seu cotidiano é diferenciado em relação ao ser humano tomado como modelo.

A esfera da circulação e difusão de ideias acerca da produção dos espaços a partir da construção de agendas políticas para o urbano será, nessa mesma lógica, perpassada (e desenvolvida) pela argumentação científica da racionalidade. Da mesma forma que a Ciência constrói o imaginário do cientista como descolado da vida cotidiana ou do senso comum, será construída a ideia de um sujeito que é possuidor do domínio do conhecimento e capacitado para elaborar e resolver os problemas dos territórios. Nas últimas décadas, se estabelece uma conexão entre a agenda urbana e a agenda de reestruturação produtiva (ARANTES, 2006). O discurso de uma crise urbana que se daria por causa da gestão pública é construído, inclusive, pelos agentes de organizações internacionais que participam da construção e difusão de ideias (problemas e soluções) sobre as cidades. Cresce o discurso de defesa de diminuição da participação estatal, de terceirização e privatização de serviços, se estabelecendo como solução dos problemas territoriais, justamente, o desmantelamento da estrutura pública, o rebaixamento de parâmetros como manutenção, infraestrutura e habitação localizados, essencialmente, nas áreas periféricas. Assim, se retorna à (ou se reafirma) a racionalidade dos consultores e organizações que se colocam como imparciais e independentes como caminho. Os negócios passam a elemento central da gestão urbana e o âmbito público passa a ser gestor não mais de políticas, mas de parcerias entre o campo público e o campo privado (solucionador). Nesse processo, há também uma necessidade de distanciamento (assim como desenvolvido no início desse texto acerca da própria Ciência), um distanciamento territorial. As decisões deixam de ser tomadas em âmbitos públicos e locais e passam a ser tomadas em espaços externos, globais. A aplicação de modelos universais através do ideal de best practice coloca a técnica como distanciada do aspecto político e social e, por isso, mais eficiente. Uma mesma solução pode ser aplicada em diferentes lugares com parâmetros amplos, pois essas soluções são tecnicamente eficientes, assim como seus idealizadores.

O alinhamento entre as diversas instâncias de poder e gestão dos territórios (municipal, estadual e federal), a construção de um objetivo patriótico comum conformam os elementos essenciais do Planejamento Estratégico como forma de intervir na cidade

em resposta a uma conjuntura de crise. Essas intervenções são marcadas pelo viés tecnicista e, portanto, pelo esvaziamento dos espaços amplos de decisão sobre a cidade e pela abertura para que o mercado seja o principal agente transformador do espaço, imperando a lógica empresarial de solução da cidade sobre os interesses sociais de uso do solo.

Vê-se, então, que em diferentes momentos históricos a interferência direta do mercado na construção e organização das cidades se manifesta de forma determinante na vida da população pobre e, ainda mais, na vida das mulheres deste contexto social. E se o processo de transformação da cidade se repete ao longo dos anos, se repete também a resistência das mulheres.

Rachel Soihet (1989) em seu livro sobre as mulheres pobres dos cortiços do centro e área portuária do Rio de Janeiro, entre 1890-1920, sobretudo, no período Pereira Passos, captura a importância histórica do papel da mulher na sociedade na época. São mulheres moradoras de cortiços e de habitações coletivas que exerciam atividade no setor terciário, ou seja, atividades menos remuneradas que as operárias da época, como prostitutas (além de faxineiras, lavadeiras, artesãs, cartomantes, etc). Mulheres que se apropriavam intensamente do espaço público da cidade, diferentemente da mulher burguesa (TAVARES, 2015, p. 136).

Apesar de seu lugar e papel designados socialmente e do impacto intenso do desenvolvimento da cidade capitalista em sua vida cotidiana, as mulheres aparecem, em cada um dos diferentes contextos históricos, como resistência a esse modelo de cidade, seja de forma organizada em movimentos sociais como visto anteriormente, seja pelo simples ato de ocupar a rua.

Planejamento urbano pela perspectiva de gênero

Se, como visto anteriormente, na Ciência estabelecemos historicamente verdades pautadas por binaridades, tanto de conceito como por associações à binaridades sociais, podemos identificar também essa estruturação de pensamento no campo do Planejamento Urbano. Ao pensar o espaço, podemos identificar oposições como campo versus cidade, casa versus trabalho, espaço público versus espaço privado, espaço de trabalho versus espaço de lazer. Todas essas binaridades determinam noções sobre esses espaços, sobre suas funções e também sobre quem pode ocupar cada um deles. Nessa lógica que determina não só oposições, mas também hierarquias, a cidade é o espaço da modernidade, o campo o espaço do atraso, a casa é o espaço da família, o trabalho do sustento, o espaço público foi muito dito como o espaço do homem enquanto o espaço privado o espaço das mulheres. Nesse caso se pensamos as interseccionalidades, vamos ver também que essa binaridade se dá de forma mais complexa, pois o espaço privado é, na verdade, o espaço de determinadas mulheres, não todas. Mulheres negras sempre estiveram trabalhando no espaço público, mas não seriam dignas da família do espaço privado burguês.

Essa proposição é apoiada em produção de algumas das autoras da filosofia da Ciência como Sandra Harding, Cecilia Sardenberg, Isabelle Stengers que constroem a crítica à Ciência Moderna e a proposição de outra epistemologia, uma epistemologia que não só utilize o gênero como elemento descritivo das relações, mas que o entenda enquanto elemento estruturante. A histórica exclusão das mulheres no mundo da Ciência não só as retira enquanto indivíduos e grupo social, mas impacta diretamente no conteúdo do conhecimento. É necessário assumir o posicionamento na produção

da ciência para que outros posicionamentos sejam levados em consideração.

Incluo, ainda, nessa proposição, o conceito elaborado pela Kimberle Creanshaw, de interseccionalidade. Entendendo que essas estruturas que excluíram as mulheres historicamente de uma série de lugares sociais não só o fizeram às mulheres e, portanto, se queremos construir outras epistemologias não podemos nos esquivar de interseccionar as estruturas, enxergar e considerar as diferenças dentro das diferenças. No caso da cidade, deve ser essencial perceber que, se vivemos cidades diferentes enquanto homens e mulheres, também vivemos cidades diferentes enquanto mulheres brancas e negras, por exemplo, e esses fatores devem estar sendo levados em consideração no pensar a cidade.

A partir desse entendimento, é possível identificar de que forma e sob que aspectos as questões das desigualdades de gênero se aplicam de forma prática no campo do Urbanismo, atingindo a vivência das mulheres nos espaços e como pensadoras do território podem utilizar essa perspectiva.

Moradia

Os espaços de moradia, por mais diferentes que sejam, possuem áreas principais: sala, quarto, cozinha, banheiro. A forma como esses espaços são distribuídos nas casas e a própria relação da casa como um todo com o resto da cidade se construiu ao longo do tempo de acordo com as nossas relações e formas de vida. A partir dos anos 50, com o desenvolvimento do Modernismo no Brasil há uma mudança drástica na organização espacial das casas. O modernismo passa a pensar o espaço de forma funcionalista, e esse pensamento funcional faz com que sejam determinados espaços específicos pra cada uma das atividades na casa, assim como faz com que haja uma setorização desses espaços em um tripé: social, íntimo e serviço. Essas três funções são separadas na casa, colocando limites mais claros sobre quem percorre cada um desses espaços e como eles se relacionam. No contexto das casas burguesas, produzidas pelo campo da Arquitetura, a área de serviço se coloca quase que isolada, sempre aos fundos das casas. Se são as mulheres (da família ou empregadas) que realizam o trabalho doméstico, há a possibilidade de estar nesse espaço se ter tido nenhuma ou quase nenhuma conexão com os espaços sociais. E essa divisão constrói uma relação específica das mulheres com o espaço da casa. Para elas, a moradia não é só abrigo, mas é também espaço de trabalho – trabalho doméstico. Se esse trabalho fosse pensado de forma mais coletiva, socialmente, sendo dividido por todos os sujeitos da família, esse espaço não seria tão segregado e, por outro lado, se os espaços da casa possibilitassem mais integração, todas as pessoas estariam vivendo esses espaços ao mesmo tempo e, assim, haveria incentivo para a divisão das tarefas.

Em outro campo de debate acerca da moradia, ao tratarmos de déficit habitacional e movimentos de luta por moradia, chega-se a uma série de outros aspectos da relação das mulheres com esse espaço. Em meio a movimentos de luta pela moradia, vê-se que a moradia, para elas, não é vista como mercadoria, por seu valor de troca, mas sim pelo seu valor de uso, pela necessidade de manter o próprio abrigo e, principalmente, da família. Nesse contexto, a vida das mulheres é ainda mais impactada. No Rio de Janeiro dos últimos anos, os movimentos de resistência nas comunidades têm como liderança⁴, muitas vezes, mulheres. Mulheres que costumam ser moradoras

4 Dona Penha, liderança da Vila Autódromo, teve sua casa demolida em 8 de março de 2016, Dia Internacional de Luta das Mulheres e, mesmo assim, se manteve na luta e incentivando outros moradores e moradoras. Alessandra, do Morro da Providência, utiliza sua crença, evangélica, para proferir discursos fortes sobre a vida e luta. Socorro, na Indiana, participa de diversos eventos levando

antigas daquela comunidade, que predominantemente são a pessoa referência da família, responsáveis pelo bem estar e sobrevivência de filhas(os) e outros parentes e também pela renda que os sustenta. Várias delas ainda fazem complemento desta renda com trabalhos feitos em casa como faxinas, artesanato ou venda de comida. Para estas mulheres, os processos de remoção não são somente a perda de uma casa, mas também a perda de seu sustento.

Assim sendo, por exemplo, o Programa Minha Casa Minha Vida/PMCMV do Governo Federal (Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009) nos apresenta uma profunda contradição. Ao mesmo tempo em que dá a titularidade da casa à mulher, possibilitando a ela a garantia da moradia sem nenhuma dependência de marido ou qualquer figura masculina, retira esta mulher de seu lugar. Como grande parte dos empreendimentos é localizada em áreas afastadas da de origem de suas(seus) moradoras(es) e, inclusive, afastada de qualquer centralidade na cidade, além da proibição da utilização do imóvel como qualquer forma de comércio, a mulher perde sua possibilidade de renda, afinal, a maioria delas utilizava o próprio espaço da casa e sua vizinhança como sustento. Nesse contexto, em depoimento dado por uma das moradoras resistentes da Vila Autódromo⁵, vê-se que tanto a transferência para um condomínio do PMCMV quanto o recebimento de indenização pela remoção retiram destas mulheres a independência. Enquanto moradoras da Vila Autódromo, possuem a concessão do direito de uso da terra, mas quando são removidas, na maior parte das vezes a titularidade passa ao homem e, no caso da indenização, o dinheiro é repassado também à figura masculina. Fatos esses que se repetem em outras comunidades removidas na cidade.

É importante perceber que todas essas relações são demonstradas na maioria de mulheres como lideranças e resistências nos movimentos de luta pela moradia, para elas, a casa é resistência.

Mobilidade

Outro espaço de vulnerabilidade para as mulheres é o espaço do trânsito pela cidade. A segurança é ponto central ao pensar sobre mobilidade entre mulheres, o assédio. A partir do momento que o corpo feminino é entendido socialmente como um corpo público, como o é na nossa sociedade, se entende que esse corpo no espaço público está à mercê de outros. Essa questão vem ao encontro ao fato do nosso corpo ser “delimitado por uma moralidade a que os homens não são submetidos. Uma moral que nos localiza na cidade” (TAVARES, 2015, p.115), afirmando que não pertencemos a esse espaço. O transporte público - ônibus, metrô, trem – é, apesar de em locomoção, um espaço fechado. A vulnerabilidade e o medo de se estar em um espaço fechado só é vivida por esse corpo, pelo corpo feminino estabelecido como corpo público.

Essa situação se agrava, ainda, quando conectamos as responsabilidades determinadas como femininas à necessidade de percorrer mulheres trabalhadoras se

suas experiências, dores e lutas, sua resistência. O Movimento Nacional de Luta Pela Moradia /MNLN tem como liderança Lurdinha, sempre acompanhando as ocupações do movimento e, organizando a luta. E, se aproximando do nosso objeto de estudo, a classe das trabalhadoras terceirizadas da UFRJ também tem como liderança duas mulheres, Nea e Terezinha, presidenta e vice-presidenta da Associação de Trabalhadores terceirizados da UFRJ /ATTUFRJ.

⁵ Depoimento dado no evento “Seminário Mulheres e Direito à Cidade: Narrativas de Resistência” realizado em 09 de junho de 2016 no Rio de Janeiro, contando com a presença de mulheres que pesquisam ou vivem situações intensas de desigualdade no território carioca, como moradoras da Vila Autódromo e do Complexo da Maré, além de liderança indígena e de favelas.

dá majoritariamente por transporte público e não se dá com origem e destino únicos. As mulheres exercem uma série de atividades que demanda uma série de paradas. Deixar os filhos na escola, buscar os filhos, ir ao mercado, levar alguém da família ao médico. A precariedade do transporte tanto em termos físicos como em termos de trajetos e linhas, portanto, afeta diretamente e mais intensamente as mulheres. Pensar outras formas de locomoção, pensar redes viárias com mais conexões e, ainda, pensar a distribuição de serviços na cidade de forma diferente, ou seja, para que trabalho produtivo, reprodutivo, moradia, educação, saúde e lazer estejam mais próximas, impacta diretamente na vivência das mulheres na cidade, no seu dia a dia e na sua mobilidade.

Insegurança

A insegurança, a impossibilidade de percorrer ou estar onde quer que seja em determinados dias e horários e o medo são causados pelo social, no sentido de que o mal que temos medo é causado por outra pessoa e nossas relações, mas são reforçados pelo espaço e seus elementos. Conforme metodologia utilizada no *Manual de Análisis Urbano* (2010) utilizam-se alguns aspectos dados como importantes para a análise do espaço em busca de um lugar seguro para a mulher: reconhecer facilmente o entorno; ver e ser vista; ouvir e ser ouvida; ter sempre visível uma saída ou lugar para pedir ajuda; limpeza e cuidado do entorno; atuação coletiva no espaço público; iluminação eficiente. Além de considerar os tipos e horários de uso, as possibilidades de transporte e a movimentação nos espaços.

A insegurança é um tema que toca a todas as pessoas que vivem a cidade mas é importante considerar que há perigos e medos vividos exclusivamente ou mais intensamente pelas mulheres. As diferenças dessas vivências não são somente materiais, são fruto da forma como a mulher é vista e construída pela sociedade, o lugar designado à ela e sua sensação de pertencimento ou não ao espaço.

Lazer

Ao olharmos os espaços públicos recorrentes na cidade do Rio de Janeiro, é possível identificar quadras de futebol, esporte majoritariamente praticado por homens, parquinhos com brinquedos para crianças e mobiliário para atividades físicas voltadas para idosos na maioria deles. Não se identifica, porém, um espaço público planejado especificamente para as mulheres. Veremos como isso se dá de forma concreta nas análises a seguir.

Em estudo e projeto realizado em Vienna, Austria⁶, tentou-se identificar como homens e mulheres utilizavam os parques públicos. Os resultados mostraram que, a partir dos nove anos de idade, o número de meninas que utilizam os parques cai drasticamente, enquanto o número de meninos se mantém. Isso se dava pois, a partir do momento em que se estabelecia uma disputa de interesses pelo espaço, as meninas não conseguem se sobrepor aos meninos, que tomam o espaço para si. Tendo esse diagnóstico, foram feitas algumas transformações em dois parques da cidade. Foram colocadas quadras de vôlei e badminton, para pluralizar os locais de esportes, o paisagismo passou a subdividir grandes áreas em áreas menores e mais aconchegantes e elementos de acessibilidade foram inseridos. O resultado foi

⁶ Para saber mais sobre a experiência em Vienna: <http://www.citylab.com/commute/2013/09/how-design-city-women/6739/>. Acesso em 07/07/2016.

imediatamente. Houve um aumento visível do uso dos espaços do parque por parte de meninas e mulheres, sem que um grupo prevalecesse sobre o outro.

Nós também abordamos projetos de parques com a perspectiva de gênero, encorajando políticos a promoverem espaços livres que também levassem em consideração as necessidades específicas de meninas e mulheres, visto que, como demonstram estudos e análises, são necessidades específicas. As pesquisas de base realizadas por sociólogos – que nós promovemos – demonstram que as meninas têm menos chances e oportunidades de ocupar o espaço livre – parquinhos e parques públicos – por se sentirem inseguras ou porque o desenho dos parques e a estrutura dos espaços são orientadas para os interesses dos meninos. O estudo, com seus resultados evidentes, criou esta consciência entre os responsáveis políticos em Vienna. Então, conduzimos seis projetos piloto, quatro deles com ampla participação em seu processo, e avaliamos posteriormente que as meninas tiveram melhores chances de usar e ocupar o espaço livre com um planejamento com a perspectiva de gênero, o que impulsionou a visibilidade de meninas e mulheres na esfera pública (KAIL, 2013, s/p, tradução nossa)⁷.

A partir da análise das situações vividas pelas mulheres nos espaços, é possível indicar exemplos de atitudes projetuais iniciais que podem influenciar diretamente nessa vivência. Quando observamos a organização dos espaços públicos de lazer atuais na cidade do Rio de Janeiro, identificamos uma tipologia predominante que possui, entre outras características, a escassez de possibilidades de uso. Um melhor zoneamento da área da praça faz com que o espaço não tenha que ser disputado por quem tem interesse de ocupá-lo, possibilitando o uso simultâneo por diferentes grupos e, mais importante, a criação de espaços para uma maior diversidade de atividades. A própria inserção de outros tipos de atividades, inclusive, já faz com que o espaço seja mais receptivo às mulheres, visto que as atividades principais das praças atualmente focam em atividades masculinas ou infantis. Isto e a inclusão de novas centralidades além dos campos de futebol fazem, não só com que a mulher tenha opções de uso naquele local, mas que ela olhe pra ele ou chegue até ele e perceba que o objetivo da existência daquele equipamento é, também, suprir a sua demanda de lazer e não só a do homem, uma questão de representatividade, de proporcionar uma sensação de pertencimento. Quadras de outros esportes, que não sejam construídos socialmente enquanto masculinos, pistas de ciclovia ou de corrida são algumas possibilidades. E ainda, a construção de mais espaços de convivência, na prática, a inserção de bancos que não fiquem isolados ou diretamente relacionados aos parques infantis, o pensar no mobiliário urbano como um objeto confortável e protegido das intempéries, é nada menos que a criação de espaços para que as mulheres convivam entre si e não se mantenham isoladas em seus trabalhos.

⁷ No original: We also tackled projects of gender-sensitive parks encouraging politicians to promote the design of open space which should take also into account the specific needs of girls and women since, as studies and analysis noticed, these needs are different. The broad scope research done by sociologists -we promoted- shows girls have less chances and opportunities to occupy the open space – playgrounds and public parks- by feeling unsafe or because the design of playgrounds and spatial structures are orientated on boys interests only. The study, with its evident results, created awareness for the responsible politicians in Vienna. Then, we conducted six pilot projects, four of them with participatory processes; and we made evaluations afterwards showing girls have really better chances to freely use and occupy open space with a gender-sensitive design what increases the visibility of women and girls in the public sphere.

Condições Finais

Se as mulheres são as principais responsáveis pelos trabalhos de reprodução, (trabalho doméstico e o cuidado com filhas/os) são elas as maiores prejudicadas pela precariedade dos serviços públicos como luz, abastecimento de água, redes de esgoto, drenagem, coleta de lixo e pela precariedade ou inexistência de equipamentos públicos comunitários como creches, escolas, lavanderias, cozinhas comunitárias. Planejar o território a partir do entendimento das necessidades e vivências específicas das mulheres e outros grupos sociais marginalizados deve ser, portanto, debruçar-se sobre uma escala menor, menos generalista e funcional e mais atenta às diferenças. A utilização de dados característicos do cotidiano das mulheres para inserção de ações gerais e específicas na cidade se apresenta como passo inicial e essencial para a visibilização das diferentes formas de uso do espaço e adequação a essa pluralidade. Diversidade de funções em uma mesma área, iluminação, sinalização, mobilidade plena em distâncias curtas, acesso a serviços públicos de saúde, educação e creche nas proximidades de moradia, equipamentos de lazer com diversidade de atividades são alguns fatores urbanísticos que interferem diretamente na vida de mulheres e, mais ainda, de mulheres trabalhadoras. Fazer, então, com que esse espaço seja mais acessível e agregador para as mulheres passa, essencialmente, por proporcionar novas possibilidades de uso que incorporem as necessidades e desejos delas.

A transformação no olhar do planejamento da cidade não é, portanto, excludente. Pelo contrário, ela se propõe a reafirmar a diversidade e a inclusão dos diversos corpos e relações assumindo que todo ser pertencente a essa sociedade estará localizado por suas relações de poder. Essa categorização, portanto, proporcionará uma cidade que se apresenta na busca por ser cada vez mais democrática e inclusiva. No fim, pensar o espaço por uma perspectiva feminista e antirracista é tratar cada parte da cidade entendendo as desigualdades e demandas diversas dos grupos sociais e buscar proporcionar espaços que deixem de funcionar como manutenção das estruturas desiguais e passem a buscar a diminuição dessas desigualdades.

A gestão do território, em disputa por uma série de agentes sociais e institucionais, desenvolvida através da possibilidade de circulação de ideias e políticas, é muito mais do que a gestão de espaços, mas também da divisão desses espaços, de suas importâncias econômicas e políticas, da garantia de direitos para determinados grupos, por fim, da possibilidade de vida de quem ocupa esses espaços.

Referências bibliográficas

ALAMBERT, Zuleika Mulher, *Uma Trajetória Épica*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1997.

ARANTES, Pedro Fiori. *O Ajuste Urbano: As políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades*. Pós N.20. São Paulo. Dezembro de 2006.

ARANTES, Otília. VAINER, Carlos B. MARICATO, Ermínia. *A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. (Coleção Zero à Esquerda)

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo. II. A Experiência Vivida*. Rio de Janeiro: Difusão Europeia do Livro, 1967.

Coletivo Híria Kolektiboa. *Manual de análise urbano. Género y vida cotidiana*.

Vitoria-Gasteiz: Servicio Central e Publicacione Del Gobierno Vasco, 2010.

CRENSHAW, Kimberlé. *A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero*. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

HARDING, Sandra. *Strong Objectivity: A Response to the New Objectivity Question*. In: Synthese, Vol. 104, No. 3, Feminism and Science, 1995.

HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume: 2005

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios, Síntese dos Indicadores, 2014*. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94935.pdf> Acesso em 01/03/2016.

LADI, Stella. *Globalisation, think tanks and policy transfer*. In: Banking on Knowledge: the genesis os the global development network. (2000): 203-220.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2001.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

PECCINI, Isabela Rapizo. *Cidade: Substantivo Feminino. As desigualdades de gênero e o espaço público (não) vivenciado pela mulher*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2016.

RENDELL, Jane. (org.) PENNER, Barbara. (org.) BORDEN, Ian. (org) *Gender Space Architecture: An Interdisciplinary Introduction*. Londres: Routledge, 2000. (Coleção Architext)

ROLNIK, Raquel. *O Que É Cidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos)

SANTOS, Élide Dias; SIQUEIRA, Lúcia de Andrade; MARANHÃO, Maria Helena P. Gomes. *Espaços Urbanos Seguros. Recomendações de projetos e gestão comunitária para obtenção de espaços urbanos seguros*. Pernambuco: Governo do Estado de Pernambuco, 2004.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. *Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?* Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6875>

SILINGOWSCHI, Lea Elisa. *Direito do Trabalho da Mulher: a questão da igualdade jurídica ante a desigualdade fática*. São Paulo: LTr, 2007.

SIMAS, Luiz Antonio. RUFINO, Luiz. *Fogo no Mato: A Ciência Encantada das Macumbas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

STENGER, Isabelle. *A Invenção das Ciências Modernas*. 1949.

SUGAI, Maria Inês. *Segregação silenciosa. Investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conturbada de Florianópolis (1970-2000)*. Coleção Urbanismo e Arquitetura da Cidade. Florianópolis: Ed. UFSC, 2015.

SUGAI, Maria Inês. *Ações do Poder Público na Produção da Segregação Espacial*. Disponível em <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1048/1023>. Acesso em 01/02/2016

TAVARES, Rossana Brandão. *Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2015.